

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 517 - Brasília, sexta-feira, 8 de agosto de 1997



Antes da aprovação, Gustavo Franco foi sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos

CAE aprova Franco para o Banco Central

Arruda destaca que indicação reafirma compromisso de Fernando Henrique com a manutenção da estabilidade econômica

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, com 21 votos a favor e seis contra, a indicação de Gustavo Franco para a presidência do Banco Central. A deliberação final será tomada pelo plenário do Senado na sessão da próxima terça-feira.

Diversos senadores questionaram Gustavo Franco durante a sessão que durou quatro

horas e 10 minutos. No parecer favorável à indicação, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda, afirmou que, com a escolha de Gustavo Franco, o presidente Fernando Henrique Cardoso reafirma o compromisso com a manutenção da estabilidade econômica decorrente do Plano Real. **Páginas 4 e 5**

Projeto de Pelé agrada oposição

José Eduardo Dutra prevê que a oposição apoiará o projeto de Pelé, que modifica as relações no futebol.

Página 7

Freitas Neto faz crítica à desigualdade

Migração se modificou, mas persistem "Brasis dos ricos e dos pobres", alerta senador

Página 3

Bezerra: país vai baratear alimento

O Brasil vai conseguir baratear o preço dos alimentos, afirmou ontem o senador Carlos Bezerra ao anunciar que amanhã (sábado) o presidente Fernando Henri-

que Cardoso e o ministro dos Transportes visitarão as obras da ponte sobre o rio Paraná, essencial para reduzir os custos dos fretes na região. **Página 6**

Maldaner defende incentivos que desestimulem "a busca da ilusão das grandes cidades"



Maldaner quer evitar êxodo rural

A adoção de mecanismos que reduzam o êxodo rural foi defendida por Casildo Maldaner, já que, a seu ver, é no campo que se encontra a solução para os problemas do país. **Página 6**

Teleconferência sobre como obter verbas federais sem intermediários, depoimentos de policiais civis e militares e audiência pública sobre a duplicação das BRs 153 e 050 foram destaques na agenda

Senado teve semana marcada por debates

A primeira semana de agosto teve muito debate no Senado. Entre outras coisas, os senadores sabatinaram ontem na CAE, por mais de quatro horas, o diretor do Banco Central Gustavo Franco, indicado pelo presidente da República para o cargo de presidente do BC (ver matéria às pág. 4 e 5). Já a Comissão de Assuntos Sociais ouviu na quarta-feira, também por mais de quatro horas, vários dirigentes de entidades de classe das polícias civil e militar de todo o país sobre a crise na categoria. Durante a semana, foram feitos vários discursos, em plenário, sobre a situação das polícias militares.

Os debates não ficaram restritos às dependências do Senado. Na terça-feira, milhares de prefeitos, vereadores e servidores de Legislativos participaram, via Embratel, de uma teleconferência, aberta pelo presidente Antonio Carlos Magalhães, destinada a ensinar como obter verbas federais sem intermediários. A teleconferência, transmitida para 112 auditórios em todo o país, durou três horas e os participantes apresentaram 340 perguntas.

Na segunda-feira (dia 4), senadores do Centro-Oeste



O plenário aprovou nesta semana a restituição dos bens do ex-deputado Osmar Dutra, cassado em 1969

e de Minas Gerais participaram de uma audiência pública, na cidade de Itumbiara (GO), para discussão das obras que vão duplicar as BR-153 e BR-050, que ligam Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

O plenário aprovou ainda nesta semana duas matérias, uma delas autorizando o presidente da República a restituir os bens do ex-deputado federal Osmar Dutra, cassado pela Junta Militar, em 1969, e que também teve seus bens confiscados, apesar de não dever qualquer imposto.

A Comissão de Assuntos

Sociais analisou na quinta-feira sete projetos, aprovando o parecer do senador Valmir Campelo (PTB-DF) sobre uma proposta que inclui na jornada de trabalho o tempo gasto pelo empregado, em condução fornecida pelo patrão, para ir ao serviço e voltar, nos locais de difícil acesso ou sem transporte público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reuniu-se na quarta-feira para iniciar a apreciação de recurso do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contra a decisão da CPI dos Precatórios que

emendou, com votos em separado, o parecer do relator, Roberto Requião (PMDB-PR). O recurso deve ser votado na próxima quarta-feira.

Os senadores apresentaram à Mesa, durante a semana, sete projetos de lei e uma

proposta de emenda constitucional. As propostas são de autoria dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Lauro Campos (PT-DF), Esperidião Amin (PPB-SC) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (11.08.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (12.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

O tempo da Hora do Expediente será destinado a homenagear O Dia das Artes.

Orador inscrito: Benedita da Silva (PT-RJ)

Ordem do Dia: Terceiro dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 54/96, que trata do efeito vinculante; primeiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; primeiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; e *PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de pre-

vidência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quarta-feira (13.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/96; da *PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96); da *PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), e discussão em turno único do *PLS nº 157/96-Complementar, que veda a contratação por estes públicos dos serviços que menciona.

Quinta-feira (14.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/96; da *PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96); e da *PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96).

Sexta-feira (15.08.97)

9h - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/96; da *PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96); e da *PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96).

Em análise de pesquisa do IBGE, o senador aponta os avanços significativos por que passa o país, mas que não reduzem nem eliminam as distâncias sociais

Freitas: Brasil progride sem igualdade



Gilvam: todas as armas políticas

Gilvam apóia visita do MST ao Vaticano

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) manifestou apoio à iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) de solicitar uma audiência ao papa João Paulo II para apresentar sua versão sobre o conflito agrário no Brasil.

Na sua opinião, a luta do MST é política e todas as armas políticas de convencimento, persuasão racional, negociações bilaterais e busca de aliados, até no plano internacional, são válidas. Ele acha que o governo federal deve aprender "a conviver com algum grau de agitação por parte do movimento, que precisa ser afirmativo e muitas vezes inflamado em sua retórica, para ser ouvido pelo conjunto da sociedade".

- A política, em sentido amplo, não partidária, aí incluída a busca transparente de alianças legítimas, é o caminho para se encontrar, senão uma solução ideal para o problema, pelo menos um campo de entendimento e de possibilidade de paz negociada em nossa área rural - afirmou.

Dia das Artes na Hora do Expediente

Os discursos da primeira hora da sessão de terça-feira serão dedicados ao Dia das Artes. Requerimento com esse objetivo, apresentado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), foi aprovado ontem pelo plenário.

Ao comentar informações da Contagem Nacional de População realizada pelo IBGE, o senador Freitas Neto (PFL-PI) disse ontem que "o Brasil chega ao limiar de um novo milênio com um perfil populacional que difere de tudo que temos visto nas últimas décadas, mas não resolveu dificuldades básicas como os desequilíbrios regionais de renda que o dividem, como nunca, em vários Brasis, uns dos ricos e outros dos pobres".

Para o senador, os dados mostram a necessidade de se incrementarem determinados investimentos na área social e, ao mesmo tempo, comprovam que "terminou o pesadelo do crescimento descontrolado da população brasileira, ameaçando trazer consigo gravíssimos descompensos em termos de atendimento de



Freitas: avanço mantém diferenças necessidades básicas, como a alimentação".

Freitas Neto destacou que a pesquisa do IBGE mostrou que a migração interna se modificou de forma radical. Exemplificando, disse que, nos últimos cinco anos, a migração no

sentido Nordeste-Sudeste foi 9% inferior à verificada no quinquênio anterior. Enquanto isso, crescia em 14% o número de pessoas que se transferiram do Sudeste para o Nordeste, informou.

O senador observou que esses dados não significam uma redução da migração. Conforme explicou, caiu a migração entre regiões, mas ela permaneceu em padrões elevados no sentido campo-cidade, provocando a criação de bolsões de pobreza.

Freitas Neto disse, ainda, que a queda nos níveis de inflação é um grande avanço do ponto de vista social. "Não podemos nos esquecer de que a inflação representa um imposto cobrado principalmente dos segmentos mais pobres."

■ **Leia mais sobre o tema na página 6**

Para Dutra, votação de 2º turno pode ter destaque

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que encaminhe consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para definir se é possível apresentar destaque em votação de segundo turno.

Na opinião de Dutra, nada impede que haja pedido de destaques na segunda fase

de votação de emendas constitucionais.

A consulta foi feita durante a discussão, ontem, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que amplia o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.

- Acredito que pode ser apresentado requerimento de destaque de um determinado

artigo de uma proposta de emenda constitucional que tenha sido votada em primeiro turno. E se esse destaque não for aprovado em segundo turno, no meu entendimento ele estará automaticamente suprimido, apesar de ser um destaque que envolva o mérito. O Regimento do Senado só impede a apresentação, em segundo turno, de emenda que envolva mérito - argumentou Dutra.



Rocha: relator favorável à mudança

Escola muda da Saúde para a Educação

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que transfere a Escola de Enfermagem de Manaus do Ministério da Saúde para o Ministério da Educação e do Desporto. Conforme exposição de motivos do ministro da Administração Federal, Bresser Pereira, a escola se encontra em estado precário, não dispendo sequer de professores de ensino superior.

A mudança, de acordo com o ministro, é conveniente porque o Ministério da Educação tem professores de nível superior. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto, concordou com a mudança. A Escola de Enfermagem de Manaus tem sido responsável pela preparação de mão-de-obra especializada para a área de saúde na região amazônica desde 1949. O projeto vai à sanção do presidente da República.

Senado participará da Bienal

O Senado participará, entre os dias 13 e 24, da VIII Bienal do Livro do Rio de Janeiro, devendo apresentar no seu estande a publicação com as biografias dos senadores do estado, de 1826 até hoje, e um painel com reproduções de obras raras do escritor carioca Machado de Assis.

As obras fazem parte do acervo do ex-senador Luiz Viana Filho, recentemente adquirida pelo Senado. A Casa participou recentemente, em São Paulo, da Bienal Internacional do Livro, e de mais sete feiras em diversas capitais brasileiras.



O Informativo da RÁDIO SENADO 91,7 FM já está na INTERNET

www.senado.gov.br



SABATINA NA CAE



Na sabatina do economista escolhido para a presidência do Banco Central, o líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda, faz um balanço do Real e garante que o Brasil melhorou

Aprovada indicação de Franco para o BC

Por 21 votos favoráveis e seis contra, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a indicação do economista Gustavo Franco para ocupar a presidência do Banco Central. A sessão, iniciada às 11h10, durou quatro horas e dez minutos.

Ofício da CAE comunicando a aprovação à presidência do Senado foi lido na sessão deliberativa de ontem à tarde. Por requerimento do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) e outros líderes, foi aprovada a dispensa de procedimentos que retardariam a apreciação do nome de Gustavo Franco pelo plenário.

A indicação será submetida à deliberação final do Senado na sessão da próxima terça-feira (dia 12).



Antes da aprovação, Gustavo Franco foi submetido a uma sabatina pelos senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos

Para Arruda, opção de FHC garante estabilidade

Com a indicação de Gustavo Franco para a presidência do Banco Central, o presidente Fernando Henrique Cardoso reafirma o seu compromisso com a manutenção e consolidação da estabilidade econômica decorrente do Plano Real. A afirmação é do líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), em seu parecer favorável à indicação, apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos.

Depois de lembrar que Gustavo Franco "tem mais de quatro anos de associação com o governo, sendo um dos principais formuladores e executores do atual programa de estabilização econômica", Arruda apontou, em seu relatório, as principais características do Plano Real.



Arruda faz balanço positivo

Na avaliação do líder do governo, o Plano Real mostrou a seriedade na condução da gestão da política econômica, "resistindo a qualquer tipo de arroubo populista que pudesse vir a comprometer a estabilidade monetária". O senador acrescentou que o Plano Real provocou um processo de reinserção social, devolvendo o poder de compra a milhares

de pessoas. Disse também que a abertura econômica gerou um aumento de competitividade, proporcionando ganhos de produtividade e assegurando a contenção de qualquer surto inflacionário.

Arruda lembrou que o Plano Real reduziu uma inflação de cerca de 4.000% ao ano para aproximadamente 7% anuais, dobrou o crescimento do PIB relativo à média dos quinze anos anteriores a 1994, gerou um aumento nos salários reais de quase 20%, fez a proporção de pobres no país diminuir 25%, impulsionou um aumento no nível de emprego de 2,5% anuais (mantendo taxas de desemprego estáveis em torno de 5%), "fez o custo da cesta básica reduzir-se em 30% e o salário mínimo medido em dólares quase dobrar".

Carreira no governo começou em 1993

O diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, Gustavo Franco, cuja indicação para a presidência da instituição foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), exerceu o cargo de secretário adjunto de Política Econômica no período de maio a setembro de 1993. Antes, ele foi consultor da Cepal para avaliação da política industrial do Brasil (outubro de 1990 a março de 1991), consultor no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (janeiro a outubro de 1990), consultor na Unctad (dezembro de 1989 a maio de 1990) e consultor na OECD (janeiro a dezembro de 1988).

Bacharel em Ciências Econômicas pela PUC do Rio de Janeiro, com mestrado em Economia do Setor Público na mesma faculdade, Gustavo Franco é doutor em Economia pela Universidade de Harvard, com grau conferido em junho de 1986. Foi professor na Faculdade de Economia da PUC-RJ entre 1986 e 1993, tendo lecionado, inclusive na Pós-Graduação, Teoria Macroeconômica, Economia Brasileira Contemporânea e Economia Internacional, entre outras disciplinas.

Gustavo Franco desempenhou ainda atividades de representação em conselhos consultivos e em conselhos editoriais de diversas revistas especializadas.

Senadores questionam Gustavo Franco sobre mecanismos de apoio à agricultura, crescimento da dívida pública e regulamentação do sistema financeiro nacional, entre outros temas

SABATINA NA CAE



No debate, apoio ao Real e censura às desigualdades

Em exposição aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o economista Gustavo Franco apontou os cinco maiores desafios do Banco Central, em sua avaliação: manter "o rumo da embarcação", recuperar a imagem e a credibilidade da instituição, cuidar do processo de alongamento da dívida interna, recuperar a poupança e coibir a prática da lavagem de dinheiro.

Gustavo Franco manifestou sua disposição de estreitar o relacionamento entre o Banco Central e o Senado, e disse orgulhar-se de participar da equipe que concebeu e vem executando o Plano Real.

Durante a sabatina do economista indicado para presidir o BC, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) elogiou o Plano Real, mas disse que não vê nenhuma política governamental de redução das desigualdades regionais. Bezerra, que é pre-

sidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), defendeu a necessidade de uma reforma tributária. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) tratou da questão da valorização cambial, afirmando que a moeda brasileira "está muito fora da paridade real", e o senador Lauro Campos (PT-DF) condenou "a perversidade da po-

nanceiro nacional, da quarentena (período em que os ex-dirigentes do BC ficariam fora da iniciativa privada) e dos mandatos de dirigentes do Banco Central.

Já o senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) defendeu um estreitamento do relacionamento entre o Senado e o Banco Central, e o senador Osmar

Dias (PSDB-PR) referiu-se às dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) falou sobre as exportações, e defendeu a ideia

Economista promete manter "o rumo da embarcação", combater a lavagem de dinheiro e estreitar o relacionamento entre o Banco Central e o Senado

de uma instituição como o Eximbank para superar as dificuldades do "custo Brasil".

Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que a Comissão de Assuntos Econômicos convide o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, para falar sobre sua passagem pela instituição e apresentar suas análises e estudos

lítica cambial, que destruiu o parque brasileiro e acarretou o desemprego".

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) quis informações sobre a estabilidade da moeda, enquanto o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), tratou, em sua intervenção, da regulamentação do sistema fi-



Franco ao lado de José Serra, presidente da CAE, durante a sabatina

sobre o Banco Central.

Em resposta ao senador José Fogaça (PMDB-RS), interessado em saber de perspectivas em relação à dívida pública, Gustavo Franco afirmou que ela já está crescendo a uma velocidade menor, apesar de ainda ser "preocupante, por sua composição. Ela é muito cara pelo tamanho; e muito curta pelos prazos, daí a necessidade de viabilizar seu alongamento".

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) considerou que o governo falhou em comunicar à sociedade as razões do Proer e quis saber qual o mon-

tante de recursos liberados para contornar a crise do sistema bancário. Gustavo Franco concordou que a comunicação foi deficiente e disse que o desembolso "é comparável ao total de passivos" dos bancos, cerca de R\$ 22 bilhões, recursos integralmente originados de depósitos compulsórios.

Finalmente, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) quis saber de possíveis medidas a serem tomadas pelo Banco Central para coibir os mecanismos de câmbio utilizados na lavagem de dinheiro.

No plenário, Suplicy justifica voto contra escolha de Franco

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) esclareceu ontem, em plenário, que votou contra a indicação de Gustavo Franco à presidência do Banco Central por discordar dele em relação ao papel da estabilização da moeda na superação dos problemas econômicos e sociais que atingem a maioria da população. Para Franco, segundo o senador, "a estabilidade é medida suficiente para combater a pobreza e reverter as condições de concentração da renda".

Conforme o senador, o ex-



Suplicy: oposição sem respostas

diretor da área externa do Banco Central também não teria respondido diretamente às perguntas feitas pelos senadores da oposição, furtando-se a

qualquer polêmica.

Suplicy relatou ter perguntado a Gustavo Franco se, após o ataque especulativo sofrido pelos países do Sudeste Asiático, ele mantinha sua avaliação positiva sobre aquelas nações, feita em entrevista publicada no primeiro semestre deste ano. Para o senador, como a CAE aprovou a indicação de Franco ao Banco Central, agora ele deveria "se preocupar em estudar melhor o assunto", já que, acentuou o parlamentar, ontem de manhã, admitiu não ser especialista nas economias daquela região.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Inadequação das políticas agrícolas e ausência de investimentos no campo provocam êxodo, alerta o senador ao cobrar mecanismos "energéticos e eficientes" que desestimulem a busca da ilusão das grandes cidades

Maldaner pede medida contra migração



Bezerra: pela primeira vez desde JK, um plano econômico de grande alcance

Carlos Bezerra diz que Ferronorte mudará a face econômica do país

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse ontem que, desde o plano trienal de Juscelino Kubitschek, esta é a primeira vez que o governo conduz um plano de desenvolvimento capaz de mudar a face econômica da nação. "O Brasil vai conseguir baratear o preço dos alimentos para todo mundo, e eu quero louvar a volta do planejamento ao país", afirmou.

Ele informou que amanhã o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, irão à divisa de Mato Grosso do Sul com São Paulo para visitar as obras da ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná. Conforme assinalou, esse projeto entra na história como a primeira parceria entre governo e iniciativa privada em empreendimentos de infra-estrutura para liberar uma fronteira agrícola sacrificada pelo "custo Brasil".

Carlos Bezerra lembrou que essa ponte originou intensos debates na Comissão de Orçamento, com acusações de superfaturamento da obra, quando ele ali exercia o posto de relator-geral. Disse que, na época, manteve-se inflexível, dado o significado dessa obra na interligação do Sul do Brasil ao Centro-Oeste, com indiscutíveis benefícios para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

- Trata-se de uma ferrovia de bitola larga, de grande impacto na redução do "custo Brasil".

Ela vai diminuir o custo do frete na região em RS 32,00 por tonelada, numa área em que o transporte de produção agrícola e matéria-prima é inviável e caríssimo - frisou.

Conforme Carlos Bezerra, a Ferronorte prosseguirá até Cuiabá e, no futuro, interligará as hidrovias do Amazonas e do Paraná com a malha ferroviária do Sudeste do Brasil. Em sua opinião, isso representa o começo de um ciclo de desenvolvimento sem precedentes para o Centro-Oeste, "que vivia condenado ao precário e oneroso transporte rodoviário".

Depois de lembrar que a obra integra o programa "Brasil em Ação", o senador informou que o ministro dos Transportes lhe disse recentemente que o presidente da República autorizou o financiamento para a conclusão da BR-163, a qual, na opinião de Bezerra, significará a redenção dos estados de Mato Grosso e Pará.

Dessa forma, a produção de Mato Grosso poderá ser escoada pela rodovia Cuiabá-Santarém. "Depois de tantos anos de pessimismo, o Brasil começa a ter um mínimo de planejamento, se faz alguma coisa de concreto pelo desenvolvimento do país", celebrou ele.

"O governo federal precisa criar energéticos e eficientes mecanismos que reduzam e desestimulem o fluxo do abandono do campo em busca da ilusão das grandes cidades", disse o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao considerar, ontem, que é no meio rural onde se encontra a solução para os problemas do país, por meio da geração de empregos, do aumento da renda, da descentralização da economia e da interiorização sócio-econômica.

- É preciso um grande esforço nacional para reverter o quadro de analfabetismo, mortalidade infantil e miséria que é a realidade das grandes metrópoles. Quanto maior a cidade, maiores, profundos e insolúveis seus problemas. As comunidades menores desenvolvem com maior facilidade laços sociais e afetivos e apresentam mais

agilidade para combater as chagas das grandes cidades - afirmou.

Ao se reportar ao último censo do IBGE, Maldaner lembrou que as metrópoles brasileiras pararam de crescer. Segundo o senador, o estado de São Paulo, por exemplo, que chegou a crescer a taxas de 3% na década de 80, aumentou apenas 1,5% entre 1991 e 1996.

- O governo deve aproveitar essa tendência espontânea para consolidar, o quanto antes, uma política de reativamento do interior. Para tanto, não poderá postergar, por mais tempo, duas definições emergenciais: uma política agrícola e uma política fundiária capazes de resolver os problemas dos sem-terra - frisou.

Casildo Maldaner assinalou que o Brasil, em 1950, era realmente um "país rural", com 64% da população



Maldaner: tristes metrópoles

no campo, sendo que hoje 75% moram em cidades. "As razões disso são a inadequação das políticas agrícolas, as melhores condições de emprego e de infra-estrutura social nas cidades e a falta de investimentos em educação, saúde e habitação no meio rural", salientou.



IGNÁCIO APÓIA APOSENTADOS

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) afirmou que continuará sendo um intermediário entre os inativos e o Senado no debate da reforma da Previdência. Ele avaliou que já conseguiu atenuar o descompasso entre as reivindicações dos aposentados brasileiros e a visão do governo.

José Ignácio Ferreira recebeu ontem em seu gabinete representantes do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, que agradeceram, em nome do movimento, sua atuação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando da apreciação e vota-

ção do substitutivo do relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), à proposta de emenda constitucional que muda a Previdência.

José Ignácio Ferreira informou que o relator da matéria mostrou-se interessado em atender às reivindicações dos aposentados, facilitando as relações entre os inativos e o governo. O senador apontou avanços na negociação dos interesses da sociedade na reforma da Previdência, sobretudo no que diz respeito à definição de um nível mínimo para a manutenção da paridade e na preservação dos direitos adquiridos.

Ronaldo e Josaphat debatem na TV domingo

Os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Josaphat Marinho (PFL-BA) participaram da gravação de um debate sobre o endividamento dos estados, para o programa *O Jogo do Poder*, apresentado pelo jornalista Carlos Chagas, que irá ao ar neste domingo, às 22h, na TV Manchete. Tomaram parte do debate o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), e o deputado Wellington Moreira Franco (PMDB-RJ).

O tema foi analisado em profundidade, com ênfase para a "lastimável situação financeira e social dos estados", informou Ronaldo. Cada debatedor, segundo o parlamentar, "apontou uma saída para a crise nos campos da saúde, da educação e da segurança, e também sobre os aspectos das dívidas interna e externa".

Líder das oposições endossa o fim da "verdadeira escravidão" representada pela Lei do Passe e acata projeto do ministro, que aponta para a modernização e atinge a origem dos escândalos do futebol brasileiro

Dutra antecipa apoio do Bloco a Pelé

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), antecipou ontem que, pelo conteúdo divulgado até agora na imprensa, a oposição deverá apoiar a proposição do ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, mudando as relações entre atletas e clubes no futebol brasileiro e criando o clube-empresa, como em muitos países.

Dutra fez também um apelo ao governo para que não recue diante de "chantagens baratas" como a que foi feita pelo presidente da Fifa, João Havelange, e informou ter apoiado requerimento de autoria do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), pela criação de uma CPI da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) no Senado.



Dutra: chega de lavar as mãos

- O Congresso Nacional não pode continuar lavando as mãos em relação a isso, submetendo-se aos lobbies de clubes e dirigentes, como aconteceu na CPI realizada na Câmara dos Deputados - observou.

Para o senador, entre os vários pontos positivos no projeto de Pelé destacam-se a autonomia da Justiça Desportiva em relação à CBF, o fim da "autêntica escravidão" representada pela Lei do Passe, a transformação dos clubes em empresas e a criação de associações de juizes, que indicariam os árbitros dos jogos.

- Apóio o projeto de Pelé porque ele aponta para a modernização do futebol brasileiro e atinge diretamente as origens dos recorrentes escândalos - reiterou.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), assim como a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), também destacaram pontos positivos do projeto e elogiaram a atuação do ministro.

Bresser espera que Senado aprimore subteto salarial

O ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e à saída disse ter aproveitado a oportunidade para "trocar idéias" sobre o projeto de reforma administrativa, que deverá, em breve, ser votado em segundo turno pela Câmara dos Deputados e, depois, será encaminhado ao Senado.

A expectativa do governo, revelou Bresser, é que "uma boa proposta de reforma administrativa seja aprovada pela Câmara e que ela ainda possa ser aprimorada em um ou dois pontos pelo Senado". O ministro observou que essa expectativa de "aprimoramento" da proposta no Senado implicará o retorno do projeto à Câmara



Bresser disse a ACM que espera algumas mudanças na reforma administrativa no Senado

dos Deputados. Segundo ele, um dos pontos que o governo poderá aprimorar no Senado é a questão do subteto salarial.

O ministro Bresser Pereira elogiou o trabalho de Antonio Carlos Magalhães à frente do Senado Federal e do Congresso, e destacou a identidade de pontos de vista entre o senador e o governo no tema das reformas constitucionais.

No encontro com os repórteres, à saída do gabinete do senador Antonio Carlos Ma-

galhães, Bresser criticou as "pressões" do presidente da Fifa (Federação Internacional de Futebol), João Havelange, contra o projeto de lei do ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, que pretende aprimorar a estrutura do futebol brasileiro.

- É uma ingerência estrangeira e indevida que fere a soberania nacional - frisou o ministro, ressaltando ser essa uma "opinião pessoal e não de governo".

Juízes apelam contra reforma da Previdência

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem comissão representativa dos juizes do trabalho, que pediu o apoio do senador em defesa dos vencimentos dos magistrados quando de sua aposentadoria.

O juiz Raymundo Carlos Figueirôa, coordenador do colégio de presidentes e corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, reclamou que o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) para a emenda constitucional que muda a Previdência Social "poderá representar perdas de até 30 por cento nos vencimentos dos juizes que ainda não têm tempo suficiente para se aposentar, caso a reforma seja aprovada nesses termos".

Segundo Figueirôa, a comissão de juizes ouviu queixas do presidente do Senado com relação à morosidade do processo judicial, fato que, como disse, eles também lamentam. "É preciso aprimorar a atual legislação, coibindo tantas possibilidades de recurso, como existe hoje, para que se possa agilizar a administração da Justiça de forma geral e não apenas na área trabalhista", salientou o juiz.

Os representantes dos magistrados prometeram enviar ao senador um documento formal com suas posições e pleitos em relação à proposta de reforma da Previdência. E pediram a Antonio Carlos Magalhães que seja o "advogado" deles no encaminhamento das reivindicações ao senador Beni Veras.

Abdias quer mais temas afro-brasileiros na pauta

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) defendeu ontem a inclusão das questões ligadas à comunidade afro-brasileira entre os itens prioritários na pauta das discussões nacionais. Na sua opinião, fatos como a criação, pelo presidente da República, do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, "apontam para um novo tempo de conquista para a luta negra".

Abdias informou ter apresentado quatro projetos de lei no primeiro semestre deste ano "criando não apenas leis isoladas, mas um conjunto coerente e integrado de peças legislativas capaz de reforçar os afro-brasileiros em seus embates na arena jurídica".

Para o senador, é primordial a constituição de um arcabouço jurídico a que possam recorrer os afro-brasileiros para se proteger da discriminação ou implementar ações de valorização do gru-



Abdias: não à discriminação racial po. "É necessário, além de aperfeiçoar a legislação atual, criar novos instrumentos que atendam a novos anseios nascidos de uma consciência antirracista mais atualizada e exigente", afirmou.

Abdias citou ainda o I Encontro da Comunidade Negra e Cidadania na Baixada Fluminense, dia 2, quando se discutiram as perspectivas e papel do Estado, violência e exclusão social, além de propostas de valorização dos descendentes de africanos.

Comissão presidida por Nabor Júnior discutirá por dois dias o desenvolvimento amazônico, o meio ambiente, a exploração florestal e a reforma agrária, para ajudar na elaboração do seu relatório final

Seminário em Belém estudará Amazônia



Suassuna: rícos sempre ganham

Suassuna acusa desvios em gastos na saúde

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que o governo precisa aumentar os gastos com assistência social e eliminar completamente o desvio de recursos dos programas desse setor. "se quiser realmente modificar o vergonhoso quadro da distribuição de renda no país".

Conforme o senador, dos quase R\$ 70 bilhões arrecadados no orçamento da seguridade social em 1995, apenas R\$ 49 bilhões foram gastos com saúde e assistência social.

Suassuna informou que, das contribuições arrecadadas pelo Tesouro Nacional, como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), de um total de R\$ 21 bilhões, apenas R\$ 11 bilhões foram repassados em 1995 para assistência social. Em razão disso, ele salientou que não adianta nada celebrar dados sobre o aumento do consumo de alguns milhões de brasileiros, quando esses mesmos cidadãos continuam vivendo na pobreza.

Ao lembrar que o quadro brasileiro sobre distribuição de riqueza continua um dos mais injustos do mundo, o senador mostrou que, no ano passado, 50% dos brasileiros mais pobres ficaram com apenas 11,7% de toda a riqueza nacional, enquanto os 20% mais ricos encheram os bolsos com 66% do total produzido.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC), presidente da Comissão Especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, disse ontem que o seminário a ser realizado em Belém, nos dias 25 e 26 próximos, fornecerá importantes subsídios para o relatório final da comissão, a ser apresentado pelo senador Ademir Andrade

(PSB-PA) no final do ano. No seminário serão debatidas questões como o desenvolvimento amazônico, o meio ambiente, a exploração florestal e a reforma agrária.

Nabor Júnior informou que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comprometeu-se a comparecer ao evento, para presidir a sessão



Nabor (C) ouve Ademir Andrade, ao lado de Valmir Campelo e Marina Silva

de instalação. Acrescentou o senador que o governador do Pará, Almir Gabriel, vem dando todo o apoio à organização do seminário.

Por sua vez, Ademir Andrade destacou ser objetivo do seminário estabelecer compromissos entre o governo federal, o Congresso Nacional e a sociedade civil, visando a de-

finir e concretizar políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Ele disse que os ministros Gustavo Krause, do Meio Ambiente, Pedro Malan, da Fazenda, Raul Jungmann, da Reforma Agrária, e Antonio Kandir, do Planejamento, comparecerão ao evento na condição de expositores.

Benedita pede apoio a seu projeto sobre aleitamento e puericultura

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem o apoio dos senadores para a rápida aprovação de projeto de sua autoria que dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura, em tramitação no Senado.

Benedita disse que o principal objetivo da sua proposta é criar uma base legal que confira eficácia à ação reguladora e fiscalizadora das autoridades sanitárias do país, reprimindo ações que promovam "o desmame precoce".

A senadora entende que o aleitamento materno proporciona um melhor crescimento e desenvolvimento das crianças, além de prevenir a mortalidade infantil.



Benedita: contra o desmame precoce

Ela destacou que, apesar de alguns avanços nessa área, dirigentes da Organização Mundial de Saúde informaram que, a cada ano, morrem no mundo mais de um milhão de crianças e outros milhões sofrem com a desnutrição ou doenças diarreicas porque não foram adequadamente amamentadas.

No Brasil, observou Benedita da Silva, a partir do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, a produção de leite em pó modificado reduziu-se quase à metade, segundo dados da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura.

A senadora lembrou que hoje encerra-se a Sexta Semana Internacional de Aleitamento Materno, evento criado em 1992 para reafirmar as decisões contidas na "Declaração dos Inocentes", elaborada por um grupo de formuladores de políticas de saúde de governo e da Organização das Nações Unidas, reunidos na Itália, em 1990.

Alcântara vê risco em dados genéticos

Projeto que define crimes de discriminação de pessoas em razão de seu patrimônio genético foi apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). De acordo com ele, testes que permitem diagnosticar precocemente doenças genéticas têm um "potencial discriminatório significativo", representado pela sua utilização por planos de saúde, companhias de seguro e em processos de seleção de pessoal.

Conforme a proposição, estará sujeito a pena de três meses a um ano, e multa, quem discriminar com base em informações genéticas, em processo seletivo de pessoal.

Prevê, também, pena de um a seis meses, e multa, pela divulgação de informação genética de uma pessoa, sem que haja prévia autorização sua, por escrito.

O projeto estabelece que a realização de testes de natureza genética só será permitida com finalidades médicas ou de pesquisa médica e após aconselhamento genético, por profissional habilitado.



Alcântara: restrição a testes